



Ministério Público do Estado da Bahia

ESTAGIÁRIO DE DIREITO

PROVA ESCRITA OBJETIVA

NÍVEL SUPERIOR INCOMPLETO

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Sua prova contém quarenta questões objetivas.



TEMPO

- **2 horas** é o período disponível para a realização da prova objetiva
- A partir do momento em que clicar no botão **"INICIAR"** disponível na plataforma, será iniciada a gravação da imagem e do áudio do candidato, e a prova não poderá ser interrompida
- O tempo de prova será controlado pelo cronômetro virtual, que encerrará a aplicação da prova quando o tempo limite for atingido
- O sistema não alertará o candidato quando o prazo estiver se esgotando



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Acessar a plataforma online usando objetos que impossibilitem sua identificação, como gorro/touca, capuz, boné, fones de ouvido ou similares
- Desconectar-se antes do término da prova



INFORMAÇÕES GERAIS

- Com o objetivo de evitar fraudes, a prova possui normas e ações de segurança digital baseadas em ferramentas especializadas, de forma que seja garantida a veracidade das informações
- A prova será protegida por alguns níveis de segurança, podendo também dispor do acompanhamento simultâneo de Fiscais online. Além disso, todo o período de prova será gravado e passará por uma verificação posterior
- Atos de infração que, porventura, não sejam identificados ao longo da prova, poderão levar à eliminação do candidato caso sejam verificados nos relatórios posteriormente gerados
- Ao se candidatar para esta prova, você está ciente de que está autorizando que suas imagens e áudios sejam gravados e armazenados para fins de monitoramento do candidato durante a execução da prova e posterior consulta da FGV para averiguação da legitimidade do processo
- Durante a realização da prova você poderá consumir água e alimentos, desde que em embalagens/recipientes transparentes. Estes devem estar próximos a você, a fim de evitar deslocamentos
- Será autorizada a utilização de folhas em branco para rascunho, pelos candidatos, apenas para fins de anotações
- Em caso de falha de energia ou de conexão com a internet, não será possível sua retomada

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

Uma recente notícia de jornal dizia: “Havia uma grande aglomeração na avenida Paulista e muitos se apinhavam perto do palanque onde falariam os políticos esperados. Um carro de som animava o público. Muitas faixas criticavam diferentes aspectos da vida nacional.”

Sobre esse pequeno texto, é correto afirmar que se trata de:

- (A) uma descrição geral do cenário de uma passeata;
- (B) uma descrição detalhada de uma aglomeração;
- (C) uma narração dos principais fatos ocorridos numa passeata;
- (D) uma informação precisa sobre um movimento político;
- (E) um texto de propaganda de algum partido político.

2

A frase em que o pronome relativo destacado se refere ao termo entre parênteses, presente na mesma frase, é:

- (A) A família é um conjunto de pessoas **que** se defendem em bloco e se atacam em particular – (conjunto);
- (B) Algumas das mais belas árvores genealógicas **que** vicejam por aí têm raízes no esterco – (algumas);
- (C) Todo homem tem horas de criança, e infeliz daquele **que** não as tem – (todo homem);
- (D) Não é a qualidade do dinheiro que você ganha, é a quantidade de dinheiro **que** você guarda – (dinheiro);
- (E) Avó é a mãe **que** teve uma segunda chance – (avó).

3

Todas as frases abaixo mostram dois segmentos sublinhados; a frase em que a troca de posição desses segmentos torna a frase inadequada é:

- (A) A família é um conjunto de pessoas que se defendem em bloco e se atacam em particular;
- (B) Em questão de árvores genealógicas, é mais seguro andar pelos ramos que se aprofundar nas raízes;
- (C) Família é o grupo de pessoas unidas pelo sangue e o amor mas separadas por dinheiro;
- (D) Famílias com bebê e famílias sem bebê têm dó umas das outras;
- (E) Na infância, o que se ouve ou o que se vê não sobe para o cérebro.

4

Sabendo-se que o radical *cultura* entra na composição de muitos vocábulos com o significado de “criação, cultivo; cuidado, exame”, a palavra que tem seu significado corretamente indicado é:

- (A) piscicultura: cultura de pêssegos;
- (B) triticultura: cultura de trigo;
- (C) monocultura: criação de macacos;
- (D) ranicultura: cultura de ramos alimentícios;
- (E) canicultura: cultura de cana-de-açúcar.

5

Se colocarmos todas as vírgulas necessárias na frase “Não me importo de me atribuírem todos os pecados do mundo mas por favor não digam que eu seria capaz de comer pizza de soja.”, a forma correta será:

- (A) “Não me importo de me atribuírem todos os pecados do mundo, mas, por favor, não digam que eu seria capaz de comer pizza de soja.”;
- (B) “Não me importo de me atribuírem todos os pecados do mundo, mas por favor, não digam que eu seria capaz de comer pizza de soja.”;
- (C) “Não me importo de me atribuírem todos os pecados do mundo mas por favor, não digam que eu seria capaz de comer pizza de soja.”;
- (D) “Não me importo de me atribuírem todos os pecados do mundo, mas por favor, não digam, que eu seria capaz de comer pizza de soja.”;
- (E) “Não me importo, de me atribuírem todos os pecados do mundo, mas por favor, não digam que eu seria capaz de comer pizza de soja.”

6

A frase em que a grafia da palavra sublinhada está correta é:

- (A) O motivo porque as pessoas culpam os outros é que é mais fácil do que assumir seus próprios erros;
- (B) Eu sei que o amor é indispensável, mas não sei por quê;
- (C) Porque o país não conseguiu superar as dificuldades da pandemia?
- (D) Os jornais não informam mais porquê nem tudo é sabido;
- (E) Devemos trocar os pneus por que estão gastos.

7

A frase abaixo em que todos os vocábulos foram empregados de forma adequada é:

- (A) Condecoraram Caxias pelo ato de heroísmo cometido na Guerra do Paraguai;
- (B) Grupos contemplavam a cena do acidente, com vítimas fatais;
- (C) Os cavalos fizeram um esforço sobre-humano e saíram da lama;
- (D) Desde o acidente, gozo de uma saúde debilitada;
- (E) Com esforço, arrastaram a lama para fora do casebre.

8

A frase abaixo em que os dois termos sublinhados NÃO mostram a mesma função no texto é:

- (A) Um fechamento do Congresso nem sempre é um retrocesso, porque pode ser uma medida de aceleração do processo democrático;
- (B) Nós queremos um regime que não seja apenas da raposa, queremos um regime da raposa e da galinha, onde existam espaço para os dois;
- (C) As mulheres dos outros candidatos ao governo do Estado de São Paulo são simplesmente esposas. Eu não;
- (D) Se você anda de montanha-russa durante nove anos, acaba tendo vontade de andar de alguma outra coisa;
- (E) Se gordura fosse engraçada, não haveria necessidade de humorista. Bastava o pessoal comprar um quilo de toucinho e rir o ano todo.

9

A frase que se estrutura em linguagem formal, sem exemplos de linguagem coloquial, é:

- (A) Me sinto como Cristóvão Colombo, pois sobrevivi a seis casamentos e agora descobri a mim mesma;
- (B) O lugar dos brasileiros é no Brasil, não na Europa;
- (C) Se a economia tivesse muito boa, se todo mundo tivesse ganhando muito bem, ninguém ia querer saber de eleição;
- (D) Pagar a dívida externa com a desgraça interna não dá pé;
- (E) A gente está neste mundo por pura bondade de Deus.

10

A frase abaixo em que a grafia da palavra destacada está correta é:

- (A) Ambição não é nada se não a sombra maligna da aspiração;
- (B) Pedia-lhe desculpa do que se passara na véspera; jurava-lhe amor eterno; coisas todas que lhe dissera mais de uma vez, com o mesmo estilo, senão com as mesmas palavras;
- (C) A sabedoria não é outra coisa senão a ciência da felicidade;
- (D) Uma só coisa pareceu menos apazível ao irmão: eram os olhos, ou antes o olhar, cuja expressão de curiosidade sonsa e suspeitosa reserva foi o único se não que lhe achou, e não era pequeno;
- (E) E a alma do pai voava enrolada nas pontas da fita que apertava a cintura de Eugênia, não regressando ao domicílio se não quando a moça parava.

Direito Penal e Direito Processual Penal

11

Esteban, jovem graduando em Direito, viaja com a associação atlética de sua universidade para festividades em cidade do interior do Estado. Em meio às confraternizações, substância entorpecente é oferecida a Esteban por seus colegas. A fim de superar sua timidez, o agente aceita consumir as referidas drogas, atingindo embriaguez completa. Ao recobrar os sentidos, Esteban tinha em sua posse um relógio que furtou naquela noite, tendo os colegas lhe contado que havia também agredido alunos da universidade rival, invadido domicílio e praticado crime de dano aos pertences dos citados alunos.

Acerca da culpabilidade e da teoria da *actio libera in causa*, é correto afirmar que:

- (A) a embriaguez por caso fortuito ou força maior não atenua nem isenta o réu de pena;
- (B) ao passo que a embriaguez voluntária agrava a pena do agente, a embriaguez preordenada apenas justifica a imposição de pena criminal;
- (C) Esteban não poderá ser responsabilizado criminalmente, posto que ausente vontade livre e consciente, em razão da embriaguez completa;
- (D) o direito penal brasileiro apenas autoriza a punição do agente quando a embriaguez é preordenada, assim entendida a conduta do agente que se utiliza da substância para praticar o crime;
- (E) tratando-se de embriaguez voluntária, culposa ou preordenada, o agente poderá ser responsabilizado pelas ações praticadas no contexto de embriaguez, fixando-se como parâmetro para aferição da culpabilidade o momento de consumo da substância.

12

Acerca dos crimes patrimoniais, é correto afirmar que:

- (A) admite-se a continuidade delitiva entre roubo e extorsão, porquanto crimes da mesma espécie;
- (B) o crime de furto não se consuma quando, após invertida a posse, o agente é perseguido pela autoridade ou pela própria vítima e o bem é reavido;
- (C) o crime de extorsão mediante sequestro é material e somente se consuma com o efetivo pagamento da vantagem como condição ou preço do resgate;
- (D) diferenciam-se roubo e extorsão pelo grau de colaboração da vítima: no roubo, a participação da vítima é indispensável para a obtenção da vantagem; na extorsão, o grau de participação da vítima é irrelevante para a consecução do objetivo;
- (E) consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse desvigiada.

13

Acerca do concurso de pessoas, é correto afirmar que:

- (A) o Código Penal brasileiro adotou a teoria monista, sem qualquer exceção;
- (B) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, inclusive quando elementares do crime;
- (C) os delitos de corrupção ativa e passiva constituem exceção à teoria monista, porquanto descrevem conduta bilateral em tipos penais diversos;
- (D) de acordo com a teoria do domínio do fato, a mera posição hierárquica do agente no contexto da estrutura organizacional autoriza a imputação enquanto autor;
- (E) para os efeitos da teoria objetivo-formal, é autor quem participa, de qualquer modo, da execução do crime, induzindo, instigando ou auxiliando materialmente o executor da conduta prevista no verbo núcleo do tipo.

14

Semprônio, conhecido autor de delitos patrimoniais, convence Marcondes, estagiário do Ministério Público do Estado da Bahia, a valer-se da facilidade proporcionada pela função pública exercida e permitir o seu acesso à sede da instituição. Semprônio e Marcondes ingressam em sala-cofre contendo telefones celulares e valores em espécie apreendidos por força de operação do Ministério Público deflagrada no dia anterior, utilizando-se do crachá do estagiário, subtraindo em seguida o material sob custódia da instituição.

Com base no exposto, é correto afirmar que:

- (A) Marcondes não pode ser considerado como funcionário público para fins penais;
- (B) o delito de peculato é próprio, razão pela qual apenas Marcondes responderá pela infração, enquanto Semprônio deverá responder somente por furto;
- (C) Semprônio e Marcondes responderão por peculato, uma vez que é irrelevante a condição de funcionário público para caracterização do delito;
- (D) Marcondes e Semprônio responderão pelo delito de peculato, uma vez que a condição de funcionário público do agente corresponde a circunstância inerente ao tipo penal, que se comunica ao *extraneus*;
- (E) Semprônio e Marcondes responderão por furto, uma vez que a tipificação pelo delito de peculato tem como objeto material apenas os bens de titularidade pública.

15

Ana Maria, nascida em 17 de novembro de 1984, foi flagrada por policiais militares enquanto trazia consigo 1kg de maconha, evidenciada a intenção de tráfico, no dia 14 de setembro de 2012. Lavrado auto de prisão em flagrante e remetidos os autos ao Ministério Público, Ana Maria foi denunciada pelo crime previsto no Art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006, que possui pena de reclusão de 5 a 15 anos e pagamento de 500 a 1.500 dias-multa. No dia 25 de setembro de 2016, a denúncia foi recebida pelo juízo competente. Finda a instrução criminal, a ré foi condenada, em sentença publicada em 10 de outubro de 2020, aplicado, contudo, o redutor previsto no §4º do Art. 33 em patamar máximo, resultando em uma sanção penal de reclusão de 1 ano e 8 meses. O Ministério Público foi intimado da sentença no mesmo dia e não interpôs recurso no prazo legal. A defesa técnica apresentou recurso de apelação, que não foi provido, em acórdão prolatado em 15 de setembro de 2021 (Referência: Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no §1º do Art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: I - em vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze; V - em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois).

Sobre a hipótese apresentada, é correto afirmar que:

- (A) com o trânsito em julgado do processo, é possível o início da execução da pena, sem que tenha havido prescrição;
- (B) ocorreu a prescrição da pretensão executória, ante ao transcurso de prazo suficiente sem que houvesse a captura de Ana Maria;
- (C) ocorreu prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato, devendo ser reconhecida imediatamente, visto que se trata de matéria de ordem pública;
- (D) ocorreu a prescrição da pretensão punitiva pela pena em concreto, verificada de modo retroativo entre a data do fato e o recebimento da denúncia;
- (E) ocorreu a prescrição da pretensão punitiva pela pena em concreto, verificada de modo retroativo entre a data do recebimento da denúncia e a publicação de sentença recorrível.

16

No que se refere ao tema da ação penal, é correto afirmar que:

- (A) o exercício da ação penal pelo crime de estelionato, em qualquer caso, depende de representação do ofendido;
- (B) a queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, cabendo ao Ministério Público velar pela sua divisibilidade;
- (C) não será cabível ação penal privada subsidiária da pública pelo ofendido quando o órgão de execução do Ministério Público promover o arquivamento do inquérito policial;
- (D) nos casos em que a lei exigir a representação do ofendido nos crimes processados por ação penal pública, a vítima não poderá retratar-se da representação depois do recebimento da denúncia;
- (E) todos os crimes contra a honra estão submetidos ao regime da ação penal privada, salvo quando praticados em desfavor do presidente da República ou contra chefe de governo estrangeiro, ocasião na qual se processam mediante ação penal pública, após requisição do ministro da Justiça.

17

Hades, delegado de polícia, em comunhão de ações e desígnios com Hermes, Perseu e Ajax, agentes de polícia lotados na mesma delegacia, associaram-se de forma estruturalmente ordenada e mediante divisão de tarefas, constituindo organização criminosa que tinha por objeto receber valores de empresários para deixar de reprimir atividades ilícitas por eles praticadas, organizando operações policiais em face de concorrentes. De acordo com as informações repassadas por empresários integrantes do esquema, de forma dissimulada e de comum acordo, os agentes forjaram notícia anônima dando conta da existência de materiais contrabandeados e fruto de contrafação (pirataria) no interior de estabelecimento especificado. Com base unicamente nesta notícia, o delegado Hades determinou que seus agentes realizassem diligências no local dos fatos em período noturno. Em meio à vigilância policial, os agentes, sob a direção do delegado de polícia, ingressaram na sede do estabelecimento comercial, constatando farto material oriundo de pirataria e também grande quantidade de munições, armas de fogo e entorpecentes. Conduzidos os responsáveis à Delegacia de Polícia, foi lavrado auto de prisão em flagrante. Nada obstante, paralelamente às condutas praticadas, mediante procedimento investigatório próprio que corria fundamentadamente sob sigilo, o Ministério Público, por meio de interceptações telefônicas autorizadas judicialmente, monitorava a atuação da organização criminosa e, apesar de ter obtido mandado de busca e apreensão para o mesmo estabelecimento comercial, não teve êxito em impedir, naquele momento, a ação dos policiais civis.

Em relação ao caso proposto, é correto afirmar que:

- (A) o membro do Ministério Público que participou das investigações estará necessariamente impedido para oferecer denúncia e acompanhar os termos ulteriores do processo;
- (B) é lícita a entrada dos agentes no estabelecimento comercial, mesmo que fundada em notícia anônima, uma vez que os atos das autoridades públicas possuem presunção de legitimidade;
- (C) ainda que a apreensão de material contrafeito seja ilícita, o mesmo não se pode dizer da apreensão de entorpecentes, armas de fogo e munições, uma vez que constituem infrações penais autônomas desvinculadas com o objeto da investigação;
- (D) tanto as provas colhidas contra o alvo dos agentes de polícia judiciária, quanto aquelas reunidas contra a organização criminosa são ilícitas, uma vez que é vedado ao Ministério Público promover investigações criminais diretamente;
- (E) as provas recolhidas no interior do estabelecimento, apesar de colhidas por meio ilícito, podem ser utilizadas no processo penal, uma vez que a investigação do Ministério Público demonstrou a sua obtenção por fonte independente/descoberta inevitável.

18

Alfredo, importante empresário do ramo de fabricação de joias e exportação de pedras preciosas, de forma reiterada, livre e consciente, realizou operações comerciais sem o recolhimento dos tributos pertinentes, sob orientação de seu contador, Pedro. Com o avanço das investigações contra seu império e tomando conhecimento de que seria expedido um mandado de prisão preventiva em seu desfavor, Alfredo ingere chá de uma substância desconhecida, encenando a própria morte, a fim de livrar-se das acusações. Sob sua orientação também é forjado atestado de óbito, que é juntado aos autos do inquérito policial. Alfredo se utiliza do mesmo falsificador para obter nova cédula de identidade, rumando para cidade do interior. Localizado pela polícia enquanto tomava café em uma padaria, é conduzido à presença da autoridade policial, apresentando o documento de identificação com nome falso.

Com base no exposto, é correto afirmar que:

- (A) o reconhecimento da extinção da punibilidade pela morte do agente no curso do processo desafia, em qualquer hipótese, recurso de apelação;
- (B) por força do princípio do *nemo tenetur se detegere*, a apresentação de dados inverídicos à autoridade policial é equiparada ao exercício do direito de defesa, não sendo obrigado o investigado a produzir elementos contra si, inclusive quanto aos seus dados de qualificação;
- (C) o arquivamento fundado na extinção de punibilidade do investigado não pode ser revisto em razão de prova nova, produzindo coisa julgada material, ainda que baseado em certidão de óbito falsificada;
- (D) a descoberta da falsidade da certidão de óbito gera a retomada do processo na fase em que estiver, não gerando coisa julgada em sentido estrito a decisão que reconhece a extinção da punibilidade nessa hipótese;
- (E) o oferecimento de denúncia contra Alfredo e Pedro pela fabricação de documentos obriga o órgão ministerial ao ajuizamento de ação penal também contra o responsável pela execução da fraude, em razão do princípio da indivisibilidade da ação penal pública, que importa em litisconsórcio passivo necessário de todos os autores e partícipes da infração penal, sob pena de rejeição da peça acusatória.

19

Acerca da decisão de pronúncia no procedimento do Tribunal do Júri, é correto afirmar que:

- (A) no procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida, não é admitida assistência à acusação;
- (B) sendo o réu absolvido sumariamente pela inexistência do fato, ou por restar provado não ser ele o autor ou partícipe do fato, caberá recurso de apelação;
- (C) a decisão de impronúncia gera coisa julgada material e impede a submissão futura do acusado ao Tribunal Popular, mesmo quando fundada em prova nova;
- (D) a inimizabilidade reconhecida pelo juízo sumariante, por se tratar de causa que exclui a culpabilidade, enseja obrigatoriamente a absolvição sumária do réu, ainda que não seja a única tese de defesa;
- (E) a decisão de pronúncia depende tão somente de indícios quanto à materialidade do fato e de autoria ou participação e, por essa razão, não precisa ser fundamentada, cabendo ao Conselho de Sentença, por íntima convicção, julgar autoria e materialidade de forma definitiva, bem como definir pena.

Direito Civil e Direito Processual Civil

20

Quando sua mãe passou muito mal, Bruno a levou à emergência mais próxima, onde foi indicada a necessidade de sua internação imediata numa Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), sob risco de morte. Bruno encontrou vaga em um hospital na região, mas não tendo conseguido a autorização do plano de saúde para a transferência da mãe, celebrou contrato com o hospital pelo qual se comprometeu a pagar pelo serviço preço bastante superior ao seu valor de mercado.

Diante disso, o contrato entre Bruno e o hospital é viciado por:

- (A) estado de necessidade;
- (B) dolo;
- (C) coação;
- (D) fraude;
- (E) estado de perigo.

21

Araújo ficou admirado com o caminhão de um colega e fez uma proposta para comprá-lo, que foi prontamente aceita pelo vendedor. Ocorre que, quando o veículo foi entregue, não estava mais com o equipamento de monitoramento eletrônico por GPS, que, quando examinado por Araújo, estava encaixado no painel. Como eles não tinham combinado nada sobre o equipamento, o vendedor o retirou antes de fazer a entrega do bem.

O vendedor agiu:

- (A) X corretamente, pois o equipamento é uma pertença;
- (B) corretamente, pois o equipamento é um fruto;
- (C) equivocadamente, pois o equipamento é uma parte integrante;
- (D) equivocadamente, pois o equipamento é um produto;
- (E) equivocadamente, pois o equipamento é um acessório.

22

Juliana se casou com o seu namorado de adolescência, Raul. Os sogros dela, Ana e Ricardo, não ficaram muito satisfeitos, pois preferiam que Raul tivesse se casado com outra pessoa. A irmã de Raul, Eunice, aproveitou para atormentar Juliana com esse fato. Tudo isso gerou uma animosidade entre Juliana e a família de Raul, que não conseguiam conviver no mesmo ambiente. Juliana se arrependeu de ter se tornado parente dos familiares de Raul e passou a considerar o divórcio para extinguir esse vínculo. Diante disso, o divórcio extinguiria o parentesco entre Juliana e:

- (A) Ana, por serem parentes por afinidade em linha reta;
- (B) Eunice, por serem parentes por afinidade na linha colateral;
- (C) Ricardo, por serem parentes socioafetivos em linha reta;
- (D) Eunice, por serem parentes socioafetivos na linha colateral;
- (E) Ana, Ricardo e Eunice, por serem parentes por afinidade de Juliana.

23

Celso e Maria se casaram pelo regime da comunhão parcial de bens. Na constância do casamento, Celso herdou um apartamento e comprou um sítio, enquanto Maria recebeu de doação uma fazenda e ganhou um prêmio de loteria.

Com base nessas informações, em caso de divórcio, devem ser partilhados:

- (A) o sítio e a fazenda;
- (B) o apartamento e o prêmio de loteria;
- (C) o apartamento e a fazenda;
- (D) o sítio e o apartamento;
- (E) o sítio e o prêmio de loteria.

24

Antônia, civilmente capaz, inconformada com as fartas provas das agressões que sua filha Maria sofre de seu genro Paulo, com quem Maria é casada, propõe ação de divórcio em face deste, por intermédio de seu procurador constituído nos autos, para dissolver o casamento de sua filha.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) Antônia tem legitimidade ordinária para a propositura da ação de divórcio;
- (B) Antônia tem legitimidade extraordinária para a propositura da ação de divórcio;
- (C) falta uma das condições para o legítimo exercício do direito de ação;
- (D) falta a capacidade postulatória para que Antônia ajuíze a ação de divórcio;
- (E) o juiz deve julgar desde logo procedente o pedido, uma vez que há provas do fato.

25

Percebendo o juiz de uma vara cível, ao analisar a petição inicial e a resposta do réu em uma ação de reparação de dano moral, que o autor é um menor com 12 anos de idade, devidamente representado por seu genitor, agirá corretamente se:

- (A) prolatar sentença terminativa desde logo, por impossibilidade jurídica do pedido;
- (B) intimar o Ministério Público para, no prazo de trinta dias, intervir como fiscal da ordem jurídica;
- (C) intimar o autor para corrigir a polaridade ativa, uma vez que o menor não pode ser autor da ação;
- (D) intimar o autor para incluir também a genitora como sua representante processual;
- (E) prolatar sentença definitiva desde logo, pelo princípio da celeridade processual.

26

José reconhece a procedência do pedido de cobrança de R\$ 100.000,00 formulado por Paulo. Porém, no mesmo processo, como fundamento de sua defesa, propõe reconvenção pedindo a condenação de Paulo na quantia de R\$ 200.000,00.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) não é possível oferecer reconvenção sem a apresentação da peça de contestação;
- (B) a reconvenção não será admitida, por falta de interesse processual superveniente;
- (C) a reconvenção deverá vir em outro processo, pois apresenta uma pretensão própria;
- (D) a reconvenção será recebida como contestação, pelo princípio da instrumentalidade das formas;
- (E) é possível ao réu apresentar reconvenção independentemente de oferecer contestação.

Direito Constitucional

27

João, policial militar, recebeu comunicação da corporação, pelo rádio, no sentido de que deveria comparecer à casa de Antônio e ali cumprir uma diligência.

À luz da sistemática constitucional, João:

- (A) somente pode ingressar na casa de Antônio com o seu consentimento, inexistindo exceção constitucional para a inviolabilidade do domicílio;
- (B) por ser policial, pode ingressar na casa de Antônio, ainda que sem o seu consentimento, desde que durante o dia, vedada qualquer atividade noturna;
- (C) pode ingressar na casa de Antônio, sem o seu consentimento, entre outras situações, no caso de desastre ou, durante o dia, por determinação judicial;
- (D) pode ingressar na casa de Antônio, ainda que sem o seu consentimento, durante o dia ou à noite, mediante determinação judicial;
- (E) somente pode ingressar na casa de Antônio, sem o seu consentimento, mediante determinação judicial e desde que durante o dia.

28

João pretendia ingressar na política, concorrendo ao cargo de vereador no Município Beta, do qual sua esposa Maria era prefeita. Ao procurar orientação jurídica, foi informado, corretamente, que a Constituição da República de 1988 o impedia de concorrer ao cargo de vereador na mesma esfera territorial na qual o seu cônjuge exerce o mandato eletivo de prefeito.

Portanto, à luz da narrativa, João:

- (A) está inelegível;
- (B) teve sua cidadania ativa restringida;
- (C) está com os direitos políticos suspensos;
- (D) não preenche as condições de elegibilidade;
- (E) perdeu momentaneamente os direitos políticos.

29

Joana, servidora pública do Município Alfa, ao manusear uma poltriz portátil, com o objetivo de dar polimento em um monumento situado em praça pública, terminou por danificar o veículo de Pedro, que estava estacionado próximo ao local. Acresça-se que Joana não seguiu as orientações de segurança estabelecidas pelo Município.

À luz da sistemática constitucional:

- (A) somente Joana será responsabilizada pelos danos causados a Pedro, mesmo que não seja demonstrada sua culpa;
- (B) o Município Alfa será responsabilizado pelos danos causados a Pedro, mas apenas se for demonstrada a culpa de Joana;
- (C) o Município Alfa será responsabilizado pelos danos causados a Pedro, ainda que não seja demonstrada a culpa de Joana;
- (D) é necessário que o Município Alfa e Joana sejam simultaneamente responsabilizados, desde que provada a culpa desta última;
- (E) Joana e o Município Alfa não serão responsabilizados pelo dano causado a Pedro, pois o interesse público prepondera sobre o individual.

30

Ao apreciar recurso de apelação, João, desembargador da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, entendeu que a Lei federal nº XX era formal e materialmente incompatível com a Constituição da República de 1988.

Nesse caso:

- (A) João deve afastar, monocraticamente, a aplicação da Lei federal nº XX, encaminhando a causa ao colegiado da Câmara sem levá-la em consideração;
- (B) somente o colegiado da 1ª Câmara Cível pode reconhecer a inconstitucionalidade da Lei federal nº XX, deixando de aplicá-la ao caso concreto;
- (C) por se tratar de lei federal, o Tribunal de Justiça do Estado Alfa não pode deixar de aplicar o diploma normativo, sob pena de afronta ao pacto federativo;
- (D) deve ser solicitada a manifestação do Supremo Tribunal Federal em relação à constitucionalidade da lei, suspendendo-se o processo no Tribunal de Justiça;
- (E) a inconstitucionalidade da Lei federal nº XX somente pode ser reconhecida pelo voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal de Justiça ou dos membros do seu órgão especial.

31

A Promotoria de Justiça com atribuição instaurou inquérito civil com o objetivo de apurar notícia de que um navio de grande porte costumava fundear no Rio Alfa, ocasião em que descartava considerável quantidade de óleo queimado, o que vinha causando graves danos ao ecossistema local.

Nesse caso, o objeto do inquérito civil será a apuração de possíveis danos causados a uma espécie de:

- (A) direito social;
- (B) interesse difuso;
- (C) interesse coletivo;
- (D) direito disponível;
- (E) interesse individual homogêneo.

32

Célia pretendia montar um hospital privado no Município Delta, iniciativa que, a seu ver, teria plena aceitação junto à população local, sendo grande a expectativa de lucro.

Ao buscar informações a respeito dos balizamentos constitucionais a serem observados em iniciativas dessa natureza, foi informada, corretamente, de que:

- (A) a assistência à saúde é necessariamente pública, pressupondo autorização do Município para a sua exploração privada;
- (B) a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, o que significa dizer que não exige autorização do poder público para esse fim;
- (C) mesmo os hospitais privados devem ser objeto de autorização e supervisão do poder público, estando conceitualmente integrados à rede pública;
- (D) a referida iniciativa está condicionada à prévia autorização das três esferas de governo, considerando o caráter multifederativo do Sistema Único de Saúde;
- (E) as instituições privadas de saúde, como a idealizada por Célia, somente podem atuar em projetos direcionados à obtenção de lucro, não podendo participar do Sistema Único de Saúde.

33

Antônia e José, idosos com diversos problemas de saúde, estavam passando por dificuldades em razão da impossibilidade de desenvolverem suas atividades laborativas regulares. Em razão desse estado de coisas, tornaram público um manifesto no qual afirmavam (I) ser da família, da sociedade e do Estado o dever de garantir-lhes o direito à vida; (II) que o Estado deve executar os programas de amparo aos idosos preferencialmente em seus lares; e (III) a necessidade de sua imputabilidade ser reduzida, dos atuais 65 anos, para 60 anos.

À luz da sistemática constitucional, está correto o que se afirma em:

- (A) somente III;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

Legislação Especial

34

Promotoria de Justiça com atribuição em investigação penal do Ministério Público do Estado da Bahia recebeu inquérito policial em que foram colhidas provas de que a sociedade empresária Alfa praticou ato tipificado como crime ambiental, pois cortou e transformou em carvão madeira de lei, assim classificada por ato do poder público, para fins industriais, em desacordo com as determinações legais.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 9.605/1998, em tese, a pessoa jurídica sociedade empresária Alfa:

- (A) não poderá ser responsabilizada penalmente, pois pessoa jurídica não comete qualquer crime;
- (B) não poderá ser responsabilizada penalmente, pois pessoa jurídica não comete crime ambiental;
- (C) não poderá ser responsabilizada penalmente pelo promotor de Justiça, mas, se for o caso, apenas o Procurador-Geral de Justiça pode oferecer denúncia em face de pessoa jurídica;
- (D) será responsabilizada penalmente, pois se beneficiou do ilícito ambiental, mas a pessoa que praticou o crime não pode ser ré na ação penal, para evitar o chamado *bis in idem*;
- (E) será responsabilizada penalmente se o crime tiver sido cometido por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

35

O Ministério Público do Estado da Bahia recebeu representação dando conta de que o supermercado Beta, de forma recorrente, estava vendendo alimentos impróprios para o consumo e fora da validade. Na esfera extrapenal, o Ministério Público instaurou o procedimento próprio cabível e reuniu provas ratificando os fatos noticiados.

Assim sendo, deve o promotor de Justiça:

- (A) impetrar mandado de segurança individual em face do supermercado Beta;
- (B) impetrar mandado de segurança coletivo em face do supermercado Beta;
- (C) ajuizar representação de inconstitucionalidade em face do supermercado Beta;
- (D) ajuizar ação civil pública em face do supermercado Beta;
- (E) ajuizar ação popular em face do supermercado Beta.

36

Ao Ministério Público cabe fiscalizar e tutelar a efetivação dos direitos transindividuais da pessoa idosa, faceta própria de tutela coletiva.

Por outro lado, no que tange aos direitos individuais da pessoa idosa, de acordo com a Lei nº 10.741/2003, o Ministério Público:

- (A) é competente para atuar como legitimado extraordinário do idoso em qualquer hipótese;
- (B) é competente para atuar como substituto processual do idoso em situação de risco, conforme o disposto na lei;
- (C) não pode atuar como parte processual em nome do idoso em qualquer caso, mas deve intervir como *custos legis* em todos os processos envolvendo idosos;
- (D) não deve intervir em qualquer caso, pois apenas o próprio idoso tem legitimidade para defender seus direitos individuais;
- (E) deve atuar na efetivação de todos os direitos individuais disponíveis do idoso, em qualquer caso, desde que envolva questão patrimonial.

37

O Ministério Público do Estado da Bahia ofereceu representação em face do adolescente João pela prática de ato infracional análogo ao crime de roubo majorado. Findo o processo, já com o trânsito em julgado, verifica-se que a Vara da Infância e Juventude aplicou a João a medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional.

No caso em tela, consoante dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, a medida de internação:

- (A) não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses;
- (B) importa necessariamente a prestação de serviços comunitários consistindo na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a um ano;
- (C) não comporta liberação compulsória aos 21 anos de idade, devendo o adolescente cumprir integralmente a pena que lhe foi imposta;
- (D) deve ser cumprida em estabelecimento prisional destinado a detentos adultos, nos termos da Lei de Execuções Penais;
- (E) deve ter prazo determinado, entre seis meses e quatro anos, devendo sua manutenção ser reavaliada mensalmente, mediante decisão fundamentada.

38

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo, hipótese em que o Ministério Público terá legitimidade.

O citado diploma legal dispõe que a defesa coletiva será exercida quando se tratar de interesses ou direitos transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato, denominados interesses ou direitos:

- (A) difusos;
- (B) solidários;
- (C) fundamentais;
- (D) individuais homogêneos;
- (E) coletivos subsidiários.

39

O Ministério Público do Estado da Bahia ajuizou em face de João, ex-prefeito do Município Alfa, ação civil pública de improbidade administrativa, imputando-lhe a prática de ato ilícito que causou prejuízo ao erário, na medida em que frustrou a licitude de processo licitatório para beneficiar determinada sociedade empresária, acarretando perda patrimonial efetiva ao Município. No caso em tela, no bojo da citada ação civil pública por ato de improbidade administrativa, além do ressarcimento ao erário, João está sujeito a algumas sanções como, por exemplo:

- (A) pena privativa de liberdade de reclusão, suspensão dos direitos políticos por determinado prazo e indisponibilidade de bens;
- (B) cassação dos direitos políticos, proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por prazo determinado e prisão;
- (C) pena privativa de liberdade de detenção, multa penal e proibição de contratar com o poder público por prazo determinado;
- (D) perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por determinado prazo e pagamento de multa civil;
- (E) indisponibilidade de bens, perda da função pública e proibição para sempre de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

40

Promotoria de Justiça com atribuição em matéria de tutela coletiva de defesa do meio ambiente do Ministério Público do Estado da Bahia finalizou um inquérito civil que apurava eventual poluição hídrica e concluiu que não foi praticada qualquer ilegalidade ou dano ambiental.

Consoante dispõe a Lei nº 7.347/1985, o promotor de Justiça deve elaborar:

- (A) promoção de arquivamento, que será submetida a exame e deliberação do Conselho Superior do Ministério Público;
- (B) promoção de arquivamento, que será submetida a exame e decisão do juízo cível do local dos fatos;
- (C) promoção de arquivamento, que será submetida a exame e decisão do juízo criminal do local dos fatos;
- (D) termo de ajustamento de conduta com o investigado, para prevenir danos ambientais, e submeter ao juízo cível;
- (E) termo de ajustamento de conduta com o investigado, para prevenir danos ambientais, e submeter ao juízo criminal.

Realização

